



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dircurso de Posse:

Senhoras e Senhores: eis-me aqui, como membro do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre, pela cuidadosa e planejada vontade do SUPREMO JUIZ dos juízes.

Passo a integrar o Pleno deste Tribunal hoje composto pelos ilustres Desembargadores, na Administração a Des. Izaura Maia, Pedro Ranzi e Des. Eva Evangelista. Os demais, na ordem de antiguidade: Desembargadores Miracelle, Praça, Arquilau, Feliciano e Samoel Evangelista, com os quais somo uma história de 20 anos na Magistratura, passando com eles a dividir, a partir de agora, a responsabilidade de conduzir os destinos desta Instituição no plano jurisdicional e também no plano político-administrativo. Somos 44 Magistrados da ativa e mais 1.518 servidores, neste número incluídos 469 estagiários, na verdade uma grande família empenhada em distribuir Justiça aos cidadãos deste Estado.

É de se imaginar que todos os convidados que aqui se encontram, vieram prestigiar o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, seus Desembargadores e o ato de posse deste que vos fala. O comparecimento dos senhores e senhoras, com certeza prestigia a decisão da escolha feita pelo Tribunal.

O cargo de desembargador que acabo de ocupar, tenham certeza, será distinguido à altura da dignidade do nosso povo. Anteriormente Juiz de Direito, agora Desembargador, mas sem esquecer que continuarei sendo o mesmo Magistrado. Não me deixarei levar pela vaidade, tampouco a investidura servirá de alimento ao ego, nem poderia ser diferente diante do compromisso que acabei de assumir sob juramento.

Com ascensão a novos cargos na hierarquia do Judiciário, surge naturalmente uma maior parcela de poder. Isso, no entanto, jamais será motivo para arroubos e devaneios, até porque todo exercício do poder é efêmero e transitório.

O sentimento de alegria de que me invade a alma, neste momento, tem duas vertentes. A primeira, por ter alcançado a mais alta cátedra da Magistratura Estadual. A segunda, porque, para alcançá-la, adotei como premissa maior da conquista, não um projeto de poder, mas um projeto de bem servir ao jurisdicionado. Este ato de posse, Sra. Presidente, distinta platéia, caríssimos desembargadores, é o maior presente que recebo, porque representa um ato de reconhecimento pelos longos anos de humilde trabalho jurisdicional prestado ao povo desta terra que adotei no coração.

Tenho dedicado um amor especial pela Justiça Acreana. Embora de berço paranaense, aprendi rapidamente a gostar do Acre, da sua gente e das suas coisas. Tornei-me, com orgulho, cidadão Xapuriense. Mais recentemente recebi da Assembléia Legislativa deste Estado o título de cidadão Acreano. Não há maior prova de ternura e de receptividade da gente desta terra.

Durante essa jornada de entrega pessoal e profissional, vivenciei, com aqueles mais próximos, uma relação de amizade, de respeito e de permanente troca, ora doando o meu labor e total compromisso, ora recebendo os mesmos valores, afeto e a natural acolhida do povo acreano.

Esse caminho de chegada até o Tribunal, em meio a tantas dificuldades, transcende o de uma simples promoção. Se não fosse a fé em Deus, talvez tivesse desistido. Não me faltaram braços amigos, de fora e de dentro da Magistratura, pessoas comprometidas com a causa da Justiça e que tanto sonham com um Judiciário fortalecido. É com esse mesmo propósito que continuo a reafirmar essa profissão de fé.

Bem cedo vislumbrei na função da Magistratura o pleno exercício da cidadania. O cidadão, destinatário dos nossos serviços, nunca esteve tão ávido por um judiciário de visão prospectiva numa sociedade de premente redução das desigualdades sociais. Vinte anos se passaram de dedicação à

causa da Justiça. A missão de julgar continua. Não será difícil exercê-la ao lado dos demais colegas desembargadores que sempre cultuaram o diálogo como expressão maior de um colegiado.

Alguém perguntaria: o que a sociedade espera do Judiciário? Em rápidas palavras acho oportuno lembrar a recente criação do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. Esse órgão, inicialmente temido por parte expressiva da Magistratura nacional, ao invés de se constituir numa ameaça passou a representar uma segura alternativa de crescimento e de modernização do Judiciário. Passados os primeiros momentos de apreensão, evoluiu o CNJ para um órgão menos censório e mais preocupado com a operacionalidade do Judiciário, segundo pronunciamento do Min. Asfor Rocha na Escola do Rio de Janeiro.

A primeira área estratégica eleita foi a de tecnologia. Pela primeira vez teremos uma Justiça Nacional, verdadeiramente integrada. No Acre, o primeiro passo acaba de ser dado com a virtualização do processo no Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Abro aqui parênteses para elogiar a Administração deste Tribunal, realçando a pessoa da Presidente Izaura Maia, que não mediu esforços para a chegada de tão audacioso projeto. A partir daí, será fácil alcançarmos os demais juizados, varas, proporcionando velocidade aos atos processuais. Seremos, com certeza, testemunhas de uma grande virada da Justiça Brasileira.

Na mesma linha do Conselho Nacional de Justiça, que já estuda uma resolução para disciplinar a pós-graduação de magistrados, cumpre-me enaltecer os Desembargadores Samoel e Eva Evangelista, então presidente deste Tribunal e Diretora da Escola da Magistratura, respectivamente, que apoiados pelos demais Desembargadores, proporcionaram aos Magistrados o curso de MBA EM PODER JUDICIÁRIO voltado para treinar o Juiz a ser um bom gestor dos recursos públicos. É a gestão humana do conhecimento colocada em prática.

A sensação de recomeço está latente nesta noite, meus senhores e senhoras. Mesmo já tendo atuado 30 anos na carreira Jurídica, esta posse remete-me ao ingresso no Poder Judiciário deste Estado nos idos de 1988, primeiro como Juiz em

Cruzeiro do Sul, em seguida, na minha querida e inesquecível Xapuri e, por fim, nesta Capital, passando por diversas unidades jurisdicionais: vara criminal, de família, sucessões, diretoria do foro, turmas recursais, justiça eleitoral e, por último, na primeira vara cível. Terei, sem dúvida, novos desafios pela frente. Atuação em colegiado, novas técnicas, novo espectro do direito material e processual que exigirá mais uma vez preparo e responsabilidade. Com certeza terei o apoio de meus colegas para mais essa nova empreitada.

Em momentos como este, de júbilo, em que a nossa instituição se mostra viva e promissora, não poderia deixar de exortar os magistrados acreanos a permanecerem unidos em defesa dos ideais de Justiça e de avanço democrático do país, construindo uma sociedade justa e solidária.

José Saramago, em 2002, na cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial, reportou-se à história do camponês de Florença que se sentindo injustiçado com a invasão de suas terras, e não mais lhe restando a quem socorrer, tocou os sinos da igreja para anunciar a morte da Justiça. Saramago, então, supõe ter sido aquela a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino, uma campânula de bronze inerte, depois de tanto haver dobrado pela morte de seres humanos, chorou a morte da Justiça. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Quis o renomado escritor apregoar que todos temos o direito de esperar simplesmente justiça, obstando aquela que apenas se envolve em túnica de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista; quis, também, apregoar a necessidade de “uma justiça pedestre, uma justiça companheira cotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo”.

Nós magistrados temos o dever de ser escudeiros dos direitos ameaçados e violados diuturnamente neste país. Essa tarefa, no entanto, não será possível sem entrega e renúncia pessoal, paciência no ouvir, amor ao debate, meditação e muita serenidade. Esta tem sido e continuará sendo a marca principal deste Tribunal na tormentosa missão de decidir.

Côncio dos novos desafios e da redobrada responsabilidade que o cargo impõe – o de Desembargador–, não nego minha satisfação ao ser alçado pelo critério de merecimento. Receber a chancela do mérito pelo Tribunal é algo indescritível. Isso representa para mim o maior prêmio obtido na carreira. Significa que a dedicação ao trabalho e aos estudos, que o cuidado com as partes e com o processo e que o amor à causa dos outros valeu a pena. Esse reconhecimento vem da promoção em si, das palavras carinhosas que nesta noite me foram dirigidas pelos oradores anteriores (Des. Izaura, Des. Samoel, Dra. Gisele Mubárac, Senador Tião Viana, e a fala da OAB na pessoa do querido mestre Des. Arakem). De igual forma, sinto-me reconhecido com a expressiva presença de todos vocês que hoje compartilham comigo e meus familiares os encômios desta nova conquista.

Minha caminhada, continua presa à conduta ilibada de todas as pessoas com as quais convivo, também às minhas origens, sobretudo a familiar, de berço humilde, mas pródigo no amor, na moral e nos princípios de Justiça. As lições de humildade, de singeleza e de decência, hei de carregá-las para sempre e continuarão a nortear minhas decisões e estilo de vida. Sem esses atributos, com certeza, faltaria inspiração para o bom desempenho da Judicatura.

Quando somos chamados a prestar contas, Deus não se ocupará de perguntar qual o nome do trabalho executado, mas, sim, se esse trabalho foi feito da melhor maneira possível.

Nobilíssimos Desembargadores: esperem a minha irrestrita colaboração, a fim de que juntos possamos fortalecer cada vez mais a atividade fim do Judiciário, que é a entrega célere da prestação jurisdicional.

Continuo sonhando e com a mesma ansiedade. Ansiedade pela independência e fortalecimento do Judiciário. Não que o Judiciário seja ou tenha que ser superior aos demais poderes, mas tão-somente em face da sua relevância no aperfeiçoamento democrático de qualquer país, em especial no caso do Brasil que aos poucos vai consolidando seus alicerces. Judiciário forte, democracia forte.

E ainda que alcancemos este estágio tão desejado, de um judiciário forte e independente, não será possível

diminuir a onda de impunidade que assola o país, sem a incondicional participação dos demais poderes, Executivo e Legislativo, e da sociedade como um todo. Devemos olhar mais para o Judiciário. Trata-se de um poder sem paixões, ou cuja paixão se restringe ao justo. Não bastasse, é ele, o Judiciário, o guardião da ordem constitucional.

Imaginem quanto a Magistratura pode fazer pelo Brasil. Afinal, são quase 15 mil Magistrados Brasileiros. Um verdadeiro exército de homens e mulheres que pode fazer muito pela cidadania. Nessa empreitada, somam-se outros seguimentos de igual importância, destacando apenas alguns como a polícia, o Ministério Público, advogados, Defensoria Pública e Delegados de Polícia. Irmanados todos os três poderes, é possível alcançarmos um estágio, senão ideal, pelos menos de maior segurança e de uma vida melhor para a nossa gente.

Sabemos, por outro lado, o quanto se apresenta difícil o ofício de julgar. Dificuldades como lacunas ou obscuridade da lei não autorizam postergar decisões. Pessoas infames, arbitrárias e não comprometidas com o bem estar social chegam às nossas mãos. Não nos é dada a possibilidade da omissão, ainda que os escombros da ameaça tentem nos intimidar. Somos chamados a resolver conflitos dos mais diferentes matizes. Não há espaço, como vemos, para o medo e a lassidão.

A missão que hoje assumo decorre da vaga ocorrida pela aposentadoria compulsória do ilustre colega desembargador Ciro Facundo de Almeida. Quis o destino que desde o início fizéssemos as mesmas travessias, criando o Des. Ciro Facundo mapas seguros para que este navegante assumisse três postos deixados por ele: o primeiro, da Comarca de Cruzeiro do Sul; depois, o da 1ª Vara Cível de Rio Branco e, agora, mais uma vez, o de Desembargador. Como aquele grande mago que com o seu cajado mágico vai abrindo portas. Ao Des. Ciro Facundo, nesta especial noite, a minha sincera homenagem, a quem peço a todos uma salva de palmas.

A minha escolha para o cargo de desembargador poderia ter recaído em outros colegas com igual, ou melhor, desenvoltura técnica e pessoal. Muitos deles estão nesta platéia e logo também chegarão a este Tribunal. É só uma questão de

tempo, pois a Magistratura Acreana sempre se apresentou comprometida com a causa da Justiça.

Já perto de finalizar, ressalto o apoio precioso dos amigos e familiares, dos acadêmicos de direito, especialmente de meus alunos da UFAC. Apoio de colegas magistrados, advogados, promotores de justiça, defensores, procuradores, servidores do judiciário e, em especial, o carinho sempre presente dos funcionários da 1ª Vara Cível, onde permaneci por uma década.

Agradeço a todos os Desembargadores pelo voto de confiança em mim depositado, certo de que não os decepcionarei.

À minha mãe Rosa e ao meu saudoso pai, Domingos Longuini, de origem simples, mas arraigados a princípios éticos, devo-lhes as primeiras lições de fé e de retidão.

Aos meus irmãos Pedro, Leonilda e Moacyr, devo-lhes o ambiente familiar sempre fraterno e solidário.

Ao irmão espiritual Washington Jorge, devo a dedicação da amizade eterna, na pessoa de quem agradeço todos os demais já adotados no coração.

À minha querida filha Janaína, a primogênita, sacerdotiza da cura de corações humanos; ao meu filho Marcel, que muito me orgulha, por ter buscado desde cedo o fio invisível da criatividade, na poesia, nos traços, nas cores, sons e imagens; e à filha Mayara, a princesa mais moça, que abraçando o direito, já se dedica à pacificação dos conflitos, nesta intrigante experiência humana. A essas três jóias dadas por Deus, devo-lhes a alegria e o aconhego do lar.

À minha esposa Regina Célia, também Magistrada, companheira inseparável, devo-lhe parte considerável do meu crescimento pessoal e profissional. Sem o seu incondicional apoio, por certo, não teria aqui chegado.

E finalmente, agradeço à luz divina por ter guiado meus passos até aqui, repetindo a súplica de proteção, nas sábias palavras de Rui Barbosa:

“Deus, que infungistes o amor da beleza, da verdade e da Justiça, que povoais da vossa presença as minhas horas de arrependimento, de perdão, e de segurança na vossa misericórdia; que há dezenas de anos, me descobris os meus erros, me reerguei de meus desalentos, me conduzis pelo vosso caminho: dai-me agora, mais do que nunca, o ânimo de não mentir aos meus semelhantes, de não me corromper nos meus interesses, de não temer ameaças, de não me irritar de injúrias, e de não fugir, jamais, as minhas responsabilidades.”

Muito obrigado.